

REFLEXÕES SOBRE UM PROJETO DE EXTENSÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS, RS

REFLECTION ON AN EXTENSION PROJECT:
CONTRIBUTIONS TO AGROECOLOGY DEVELOPMENT
IN THE CITY OF PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, BR

Isadora Leite
Escosteguy¹
Jaqueline Sgarbi
Santos²
Fernanda Novo da
Silva³
Danielle Farias da
Silveira⁴
Flavio Sacco dos
Anjos⁵

Resumo

A produção agroecológica tem sido apontada como um vetor de transformação social e econômica para a região rural de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Para além da produção de matéria prima, algumas famílias de agricultores optam por transformar sua produção no interior de suas propriedades. Esse é o caso do processamento de frutas para a produção de sucos e bebidas. Contudo, ao processar sua produção, as famílias de agricultores estão sujeitas ao arcabouço legal que rege a produção de alimentos transformados no Brasil. Nesse sentido, a execução do projeto *Ações estruturantes para agregação de valor em propriedades de transição agroecológica* buscou apoiar essas famílias no sentido de facilitar a compreensão dos aspectos legais, buscando fornecer informações para a legalização dos empreendimentos, do mesmo modo de que possibilitar aos bolsistas envolvidos espaços de construção de conhecimento. Nesse caso, trata-se de aliar aspectos teóricos com vivências práticas relacionadas à produção agroecológica.

Palavras chave: Agroecologia. Projeto de Extensão. Agroindústria Familiar Rural.

Abstract

*The agro-ecological production has been implicated as a vector of social and economic transformation in the rural area of Pelotas, Rio Grande do Sul. In addition to the production of raw materials, some farmers' families opt to transform their production within their properties. This is the case of fruit processing for the production of juices and beverages. However, by processing their production, farming families are subject to the legal framework that governs the production of processed food in Brazil. In this sense, the implementation of the project *Ações estruturantes para agregação de valor em propriedades de transição agroecológica* ("Structuring actions to add value in agroecological transition properties") seeks supporting these families in order to facilitate understanding of the legal aspects, seeking to provide information for the legalization of enterprises in the same way that enables scholarship students involved spaces for knowledge building. In this case, it is to combine theoretical aspects with*

¹Graduanda do Curso de Agronomia (UFPeL).

Bolsista PROBEC no ano de 2015, no âmbito do Projeto de Extensão: "Ações estruturantes para agregação de valor em propriedades de transição agroecológica" (UFPeL). e integrante da equipe de pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR). isaescosteguy@gmail.com

²Doutora em Agronomia, Bolsista de PDJ; CNPq, vinculada ao programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF / UFPeL), pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) sgarbijaqueline@yahoo.com.br

³ Doutora em Agronomia, Bolsista de Pós-doutoramento PNP/CAPES, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPGSPAF / UFPeL), pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a

Agricultura Familiar (NUPEAR) fernandanovo@gmail.com

⁴ Graduada em Agronomia (UFPeL), vinculada ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias (DCSA), da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – e integrante da equipe de pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR). dani_cassiano@hotmail.com

⁵Doutor em Sociologia Rural, Professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias (UFPeL), coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR). saccoosanjos@gmail.com

case, it is to combine theoretical aspects with practical experience related to agroecological production.

Keywords: *Agroecology. Extension Project. Family Farming Food Processing.*

Introdução

O texto apresenta as principais ações realizadas pelo Projeto de Extensão intitulado "*Ações estruturantes para agregação de valor em propriedades de transição agroecológica*", executado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR), contando com equipe formada por estudantes de graduação e pós-graduação e por professores do Departamento de Ciências Sociais Agrárias (DCSA) da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM).

O projeto tem como objetivo apoiar a organização e formalização de agroindústrias rurais familiares em transição agroecológica no município de Pelotas e região, desenvolvendo processos inovadores em extensão rural e desenvolvimento rural, ao mesmo passo em que visa fomentar processos de diversificação e agregação de valor à produção agropecuária. Essa iniciativa decorre de uma parceria do NUPEAR com o Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CPACT – EMBRAPA), através do projeto "*Construções Participativas em Sistemas Agroflorestais*", o qual tem como centro de suas ações o apoio às unidades de produção familiar em transição agroecológica, que realizam, em distintos graus de complexidade, o processamento de alimentos.

Antes de entrar propriamente na discussão sobre a natureza do projeto e seus desdobramentos, torna-se crucial explicar o que se entende por agroecologia. Nesse contexto, para Gliessmann (2001), trata-se da aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Já segundo Altieri (1989), a agroecologia há que ser vista como uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas, integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para os objetivos deste artigo a definição adotada por Caporal e Costabeber nos parece mais adequada. Segundo estes autores, a Agroecologia deve ser entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2000). Feita essa pequena digressão, retomemos o argumento central desse artigo.

Notadamente, os agricultores e agricultoras têm grandes dificuldades em apropriar-se das normas vigentes e cumprir as inúmeras exigências legais que levam à formalização do

processamento de alimentos, sendo este um fato notório que merece destaque, reforçando, assim, o objetivo de nossas ações. Elas surgem, portanto, de uma demanda real e prática. Nesse contexto, as ações do projeto buscaram estreitar a distância entre a universidade e a comunidade, permitindo que a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) possa cumprir a sua função social. Dentre os objetivos específicos do projeto consta a complementação da formação de alunos de graduação e pós-graduação, a partir do exercício prático-reflexivo vivenciado no contato com experiências acadêmico-profissionais na área de desenvolvimento e extensão rural, mobilizando distintas áreas do conhecimento que perpassam a Agroecologia, a agricultura familiar, as políticas públicas, segurança alimentar e diferenciação de produtos agroalimentares.

Para desenvolver as atividades previstas foi necessário um processo de planejamento, promovendo um diálogo com diversas instituições que se tornaram parceiras do projeto, incluindo o CPECT-EMBRAPA, os estabelecimentos familiares rurais, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)⁶, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Regional Pelotas (EMATER/RS-ASCAR)⁷ e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)⁸.

Para atingir os propósitos que nortearam essa iniciativa foram desenvolvidas distintas atividades, a exemplo de visitas aos estabelecimentos que praticam a agroecologia. O objetivo inicial dessas visitas foi compreender quais os anseios e expectativas das famílias produtoras, além de reconhecer suas demandas para a consolidação dos processos de agregação de valor na propriedade. Esse espaço de aproximação e intercâmbio nos colocou diante de diversas experiências em unidades de agroindustrialização, em distintos níveis de estruturação e consolidação produtiva. Dentre as atividades, houve também a participação em espaços de formação com as instituições parceiras, principalmente em momentos onde o tema da agroindustrialização e/ou técnicas de manejo agroecológico foram objeto de destaque e/ou do interesse dos participantes.

Além disso, foram organizadas excursões técnicas a agroindústrias familiares com os graduandos dos cursos de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Pelotas, aproximando os alunos à realidade das unidades de processamento de alimentos de origem familiar situados na região rural de Pelotas. A equipe participou de eventos de pesquisa, ensino e extensão, nos quais foi apresentada a temática do trabalho, contemplando os resultados e as futuras ações do projeto.

Metodologia

As atividades de campo foram desenvolvidas entre os meses de abril e dezembro de 2015. A primeira visita à Família Schiavon foi realizada pela totalidade da equipe para esclarecer quaisquer dúvidas. O objetivo do primeiro contato foi apreender quais as expectativas da família no que se refere aos resultados do Projeto. Na oportunidade foi realizado registro fotográfico das dependências da unidade de processamento. A partir deste primeiro contato, a equipe e a família definiram quais eram as próximas etapas e como seriam operacionalizadas as ações. Neste sentido, conforme as demandas foram sendo verbalizadas, distribuíram-se as responsabilidades entre os integrantes da equipe executora. Além da visita às propriedades, foram realizadas diversas inserções junto à feira agroecológica de Pelotas (Avenida Dom Joaquim), local de comercialização dos produtos da Família Schiavon, buscando colher informações suplementares e recolher a documentação necessária para subsidiar a discussão. No transcurso dessa etapa, foi realizada pesquisa documental acerca da legislação incidente sobre o processamento de produtos agropecuários de origem vegetal, combinada com diversas consultas junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), visando esclarecer os meandros da normatização e da fiscalização.

Como forma de trocar experiências foi realizada uma visita ao escritório regional da Emater, a fim de dialogar com os técnicos locais a respeito do processo de formalização do empreendimento da Família Schiavon. Do mesmo modo, foram realizadas diversas conversas com o pesquisador da EMBRAPA, responsável pelo projeto "*Construções Participativas em Sistemas Agroflorestais*", buscando aferir informações e harmonizar os procedimentos. Com a EMBRAPA também foi realizado o Curso "*Agroecologia e Sistemas Agroflorestais*", sendo que as etapas de preparação contaram com reuniões entre as duas equipes. A elaboração do Minicurso ocorreu em conjunto com a organização da Semana Acadêmica do Curso de Agronomia (SEAGRO) na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM).

Agroecologia e sua importância na Região de Pelotas

Na região de Pelotas há várias experiências em Agroecologia, as quais se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento, expressando a diversidade que compõe o espaço rural da região. Nesse sentido vale frisar que

[...]O sistema de produção agroecológico começou a se desenvolver em Pelotas na década de 1980 envolvendo, inicialmente, um número reduzido de agricultores. Como avanço das iniciativas ocorreu a organização dos produtores em associações e cooperativas. A agroecologia tornou-se uma alternativa de renda e de vida, possibilitando reduzir os impactos ambientais e os riscos em relação à saúde das famílias envolvidas na produção e dos consumidores. [...] (FINATTOECORRÊA, 2011, p. 280).

A partir do estudo citado anteriormente fica evidenciada a existência de diversas instituições que foram criadas com o intuito de ampliar a produção agroecológica de alimentos. No caso da região de Pelotas houve o incentivo da Pastoral Rural, ligada à Diocese da Igreja Católica, instituição que ainda nos anos 1980 iniciou o trabalho de incentivo à agroecologia em conjunto com os produtores familiares, por meio de cursos de formação e visitas a instituições ligadas a essa forma de agricultura, como é o caso do Centro Ecológico (CE)⁹[J1].

A Pastoral Rural firmou um convênio com o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), com o objetivo de oferecer assistência técnica, na área da agroecologia, aos produtores familiares de Pelotas e região. Destaca-se a importância do CAPA como responsável pelo apoio à produção e atividades de extensão rural junto aos agricultores. O referido centro foi fundado em 1978 pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e suas atividades começaram em 1979 (BUCHWEITZ; MENEZES, 2003).

O CAPA desenvolve ações diretas em conjunto com os agricultores familiares, as quais norteiam-se por aspectos técnicos, por meio do fomento à produção orgânica, mas também por aspectos sociais, buscando a autonomia dos agricultores e promovendo sua formação política. Os princípios do CAPA estão diretamente vinculados aos ideais da sustentabilidade, sendo que a instituição percebeu o potencial altamente favorável da agricultura familiar para enfrentar a transição dos agroecossistemas convencionais para agroecossistemas de base agroecológica. O Centro sistematiza suas ações no desenvolvimento de estratégias que consolidem uma estrutura de produção e comercialização dos produtos orgânicos e utiliza metodologias participativas, fazendo com que os agricultores sejam protagonistas frente aos processos decisórios. Mesmo tendo sido criado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), o CAPA "trabalha com agricultores familiares de todos os credos e raças, sem distinção político-ideológico" (BUCHWEITZ; MENEZES, 2003, p. 192).

Nesse contexto, no ano de 1995, nasce a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL). Atualmente, esta instituição é constituída por 48 famílias, plenamente identificadas com o processo de produção e de comercialização de produtos agroecológicos. Ela organiza duas feiras livres semanais na cidade de Pelotas e uma em Canguçu. É válido salientar que, desde sua fundação, a citada associação preza por mudanças nas relações de homens e mulheres com a terra.

Segundo Casalinho (2007), os motivos para a mudança de paradigma de produção nas propriedades dos agricultores integradas à ARPASUL são de caráter econômico, social e ambiental. Os motivos de ordem econômica englobam: o rearranjo local de produção através da comercialização direta, o resgate de tecnologias localmente desenvolvidas através

do uso da mão de obra familiar. De ordem social, por meio da valorização da vida, ênfase na saúde familiar e do consumidor, buscando o fortalecimento do tecido social por meio do trabalho coletivo e pela socialização do conhecimento. De ordem ambiental, consta a compreensão da necessidade de equilíbrio entre homem-natureza. Suas expectativas e preocupações com a dimensão ecológica forjaram uma trajetória em direção a um modelo de agricultura, cuja concepção valoriza, antes de tudo, o saber popular e a preservação do meio ambiente.

É importante destacar também a atuação da Cooperativa Sul - Ecológica que, desde sua fundação em dezembro de 2001, trabalha com a produção de base agroecológica no município e região. Essa cooperativa surge a partir das demandas de agricultores familiares da região sul do Rio Grande do Sul, especialmente pelo reconhecimento da necessidade de enfrentamento ao modelo de modernização da agricultura³⁰ que se impôs no meio rural (FINATTO e SALAMONI, 2008), a partir da segunda metade dos anos 1960.

O acesso a alimentos seguros e limpos, sem a presença de resíduos tóxicos de origem química e biológica tem sido apontado como uma das preocupações crescentes da cidadania. O mesmo há que ser dito em relação ao despertar de uma consciência ambiental. Cada vez mais o consumo e a alimentação são vistos como um ato político, capaz de apoiar a transição para uma forma de consumir que leve em conta a sustentabilidade socioambiental, o controle social e respeito à dignidade humana e à soberania alimentar. Garantir o direito à alimentação saudável passa essencialmente por um novo modelo de agricultura que saiba assegurar uma oferta regular de produtos *in natura* e processados de qualidade, cujo consumo não se traduza em riscos para quem deles se alimenta ou para aqueles implicados nos processos produtivos.

Na sequência apresentam-se as principais ações desenvolvidas no âmbito do projeto.

Apoio a iniciativas de legalização de agroindústria

A Família Schiavon destaca-se no processo de execução do projeto de extensão *Ações estruturantes para agregação de valor em propriedades de transição agroecológica* por ser uma propriedade de base ecológica que faz parte do projeto *Construções Participativas em Sistemas Agroflorestais* levado a cabo pela EMBRAPA Clima Temperado. A Propriedade Agroecológica Schiavon (PAS) foi escolhida prioritariamente, pois tem uma trajetória acumulada e tradição na elaboração de sucos de frutas, além do fato de que já havia solicitado apoio no processo de formalização.

A PAS é referência na produção de alimentos agroecológicos na região. O proprietário, Sr. Nilo Schiavon, é o atual presidente da associação ARPASUL, sendo que ele e sua família são integrantes desta organização desde a sua fundação. Sua propriedade rural acumula 20 anos de experiência dedicados à recuperação e preservação de agroecossistemas. Vale frisar que este estabelecimento tornou-se um ambiente didático ideal para desenvolver oficinas de formação e troca de conhecimentos.

A propriedade em questão possui aproximadamente dez hectares, dos quais sete são explorados com cultivos anuais e perenes. A diversidade de cultivos é uma marca da PAS, que durante todo o ano, abastece as feiras-livres Agroecológicas de Pelotas e Canguçu com hortifrutigranjeiros. Além dos produtos frescos, a família tem dedicado seu tempo à transformação de parte da produção de pêssego e uva para a elaboração de sucos. Nesse processo, valem-se do processo de arraste à vapor, sendo que esta atividade se tornou estratégica para a reprodução social da unidade familiar. Em 2013, impulsionados pela obtenção de recurso financeiro oriundo de fonte governamental, a família resolveu investir na construção de uma unidade de processamento que se pode denominar como uma típica “Agroindústria Familiar”.

Assim, no dia 29 de junho deu-se início às atividades por meio de uma visita técnica à propriedade, com o propósito de aproximar a equipe executora do projeto e a família.

As Figuras 1, 2 e 3, apresentadas em sequência, mostram aspectos que ilustram a natureza do sistema produtivo dessa unidade familiar.



Figura 1

Mata Conservada da PAS

Fonte: Fotografia de Isadora Escosteguy.



Figura 2

Pomar de Pêssego
Agroecológico na PAS

Fonte: Fotografia de Isadora
Escosteguy.



Figura 3

Diversificação de cultivos,
anuais e perenes

Fonte: Fotografia de Isadora
Escosteguy.

Agroindústria Familiar Rural: uma oportunidade para agregação de valor

Para entender o conceito de Agroindústria Familiar Rural, temos que levar em conta que esta é uma unidade de processamento de alimentos situada em estabelecimentos rurais de caráter familiar. Estudar essa realidade pode apoiar o resgate de saberes e práticas tradicionais, sem prejuízo dos imperativos da segurança do alimento a ser consumido pelas pessoas do campo e da cidade. A matéria-prima processada na agroindústria familiar é exclusivamente produzida pelos agricultores de forma individual ou associada. A força de trabalho utilizada na realização das atividades produtivas, assim como seu gerenciamento, estão majoritariamente ligadas às famílias proprietárias destes empreendimentos que, eventualmente, veem-se diante da contingência de contratar mão de

obra eventual. Esses estabelecimentos, de uma forma ou de outra, interagem com os mercados locais ou regionais, gerando renda para as famílias envolvidas (SGARBISANTOS, 2006).

Segundo Mior (2003, p.178) "Agroindústria Familiar Rural é uma forma de organização social, na qual a família rural produz, processa e/ou transforma parte da produção agrícola e/ou pecuária, visando a produção de valor de troca que se realiza na comercialização". Cabe lembrar que ao processar a matéria prima, as famílias precisam adequar-se ao arcabouço legal que rege a produção e comercialização de alimentos no Brasil. A agroindústria familiar de base ecológica tem sido apontada como um componente importante na construção de um projeto de desenvolvimento rural alternativo ao padrão do grande agronegócio exportador. Entre os aspectos cruciais, vale destacar: a descentralização das atividades de processamento; compatibilização da produção e do processamento com sua dimensão social, cultural e ecológica de cada região; assegurar o controle por parte das famílias agricultoras sobre os meios de produção, os processos e os frutos do próprio trabalho; diminuição da distância entre produtores e consumidores; geração de sistemas produtivos mais democráticos, inclusivos e autônomos.

Dentro desse contexto o projeto promove o apoio direto à agroindústrias familiares rurais no que diz respeito aos aspectos legais e encaminhamentos necessários para a formalização das agroindústrias, os quais são extremamente burocráticos e extensos, de difícil entendimento para a maioria dos agricultores/as. Ressalta-se que o processamento de alimentos pode ser uma oportunidade significativa de interação diferenciada com os mercados, qualificando a matéria prima produzida nas propriedades rurais e gerando uma maior renda para a família envolvida. O projeto também oportuniza espaços de diálogo e troca de conhecimento teórico-prático no escopo dessa temática, seja no ambiente acadêmico, a partir de atividades extraclasse (aulas práticas), seja em termos profissionais e/ou de formação, valendo-se do uso de palestras, minicursos, excursões, etc..

Decifrando a legislação: o início das atividades

A etapa de auxílio e acompanhamento ao processo de legalização da agroindústria da Família Schiavon, iniciou-se dia 26 de junho de 2015, a partir de uma visita técnica à propriedade. Esta visita teve como principal objetivo aproximar a equipe executora do projeto e a família. Na oportunidade foi realizada uma dinâmica de apresentação individual e logo um diálogo com a família, a fim de compreender qual sua visão de futuro no que tange à agroindústria, bem como suas expectativas em relação à equipe. Após a conversa inicial, percorremos as dependências da agroindústria discutindo aspectos relacionados às exigências legais, sendo este um ponto central do trabalho.

Para a execução do projeto, foi necessário pesquisar os temas que se referem às legislações vigentes para o processo de legalização de agroindústrias familiares rurais. Cabe destacar que o arcabouço legal sofreu recentes transformações, através das Instruções Normativas número 16³¹ e 17³² do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo que estas vêm ao encontro das históricas demandas da agricultura familiar. Como resultado dessas duas instruções normativas, sucederam alguns avanços que facilitamos processos de agregação de valor aos produtos.

A legislação que rege a produção e comercialização de alimentos no Brasil é extensa e está ancorada na atuação de diversos órgãos governamentais, sendo que as informações, por vezes, se tornam dispersas e de difícil compreensão por parte dos técnicos e dos produtores, existindo assim diversas dúvidas e questionamentos em relação aos aspectos legais. A produção de sucos, do mesmo modo que outros artigos, deve se adequar às normas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Dentre [J3] as inovações que decorrem da instrução normativa do MAPA número 17, ressalta-se a que permite que o Agricultor Familiar legalize sua unidade de processamento de alimentos através de seu CPF, sendo fundamental a apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF³³ (DAP), o que facilitou muito o processo de formalização. De acordo com a legislação antiga o agricultor/ao formalizar sua agroindústria perdia os direitos de assegurado especial da previdência, pois tornava-se empresário, só podendo formalizar o empreendimento através da obtenção de um CNPJ. Após a mudança na legislação os agricultores/as podem seguir usufruindo o direito que lhes confere, não sendo necessária a criação de uma empresa.

Com o desenvolvimento do projeto foi possível apropriar a família sobre os conteúdos legais determinantes para que possam tomar decisões relativas aos rumos do empreendimento. Para isso foi fomentado o diálogo entre técnicos e instituições, apoiando as iniciativas das famílias envolvidas no que se refere à formalização das agroindústrias, superando as dificuldades referentes à interpretação da legislação vigente, dando assim, continuidade ao processo em conjunto com a equipe do projeto.

Atividades de formação acadêmico-profissional

Na modalidade atividades de formação acadêmico-profissional, duas tomaram destaque no contexto do projeto em questão, entre as quais, o Curso de Agroecologia e Sistemas Agroflorestais na PAS e o Minicurso Agroindústria Familiar Rural: Desafios de atuação do Engenheiro(a) Agrônomo(a), os quais serão discutidos na sequência.

Agroecologia e Sistemas Agroflorestais na PAS

Durante os dias cinco, seis e sete de Setembro de 2015, a equipe³⁴ do projeto auxiliou na organização do curso *Agroecologia e Sistemas Agroflorestais*, realizado na propriedade Schiavon (PAS) organizado pela EMBRAPA Clima Temperado por meio do projeto "*Construções Participativas de Sistemas Agroflorestais*". A participação no curso faz parte das atividades de extensão fora do ambiente acadêmico, baseando-se na proposta de interinstitucionalidade, via promoção do diálogo entre Universidade e EMBRAPA, enriquecendo, desse modo, os resultados obtidos.

As atividades realizadas pelas bolsistas do projeto durante o curso foram: facilitar o diálogo do público participante com a Família Schiavon, auxiliar na logística dos participantes, sistematizar as falas do agricultor e interlocutores nos assuntos tratados durante os módulos, e além disso, realizar um registro fotográfico de todas as atividades.

Como foi exposto anteriormente, a propriedade da Família Schiavon é amplamente conhecida na região pela busca de equilíbrio do agroecossistema. Essa orientação se assenta na busca de autonomia em relação ao uso de recursos externos, consolidando-se, nos últimos anos, como importante ambiente de aprendizado. Durante esses dias, um grupo composto por aproximadamente, 30 pessoas deslocou-se até a propriedade, localizada na Colônia São Manoel, para desenvolver as atividades que absorveram um total de três dias. A vivência proporcionou momentos de aprendizagem teórica e práticas de campo, alternando os diversos temas abordados. A Figura 4 mostra um momento desta prática.



Figura 4

Curso Agroecologia e
Sistemas Agroflorestais na
PAS

Fonte: Fotografia de Isadora
Escosteguy.

O curso foi estruturado em módulos, os quais abordavam diferentes culturas agrícolas e práticas relacionadas ao manejo na propriedade, podendo-se citar: i) a produção de cultivos anuais de hortaliças, ii) princípios para a implantação de pomares de videira, iii) pessegueiro, iv) citros, v) agroflorestais. Ambos os manejos e cultivos foram abordados seguindo aspectos tais como: época de plantio, espaçamento, podas, manejo de doenças e insetos, estratégias de condução de um sistema agroflorestal, com as respectivas atividades práticas em cada local.

Os módulos foram conduzidos pelo próprio agricultor e sua filha, apoiados pelo pesquisador da EMBRAPA Clima Temperado. Foram realizadas dinâmicas de grupo mediante "*Exercício de Espacialização dos agroecossistemas*" com o fato de desenvolver uma interação entre os participantes, relacionando suas experiências e o contato direto com a dinâmica de uma propriedade rural concreta.

Os ensinamentos que foram apresentados ao longo do curso são resultado do acúmulo de experiência profissional e de vida do Agricultor, observando os acertos e erros do manejo do agroecossistema durante esses 20 anos, conforme preconizam os fundamentos da Agroecologia.

Os temas abordados foram ministrados em forma de "conversa", possibilitando o espaço de discussão e construção do conhecimento, viabilizando, desse modo, um ambiente didático no qual o público pode expor suas opiniões e percepções. Após a conclusão do curso os participantes receberam um certificado de 40 horas.

Agroindústria Familiar Rural: desafios de atuação do Engenheiro(a) Agrônomo(a)

Dentro das atividades de extensão no ambiente acadêmico, foi realizado o minicurso *Agroindústria Familiar Rural: desafios de atuação do Engenheiro(a) Agrônomo(a)* no dia 22 de outubro de 2015 durante a Semana Acadêmica do Curso de Agronomia (SEAGRO) na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM). O curso teve como objetivo proporcionar uma experiência acadêmico/profissional para os estudantes de graduação do Curso de Agronomia, através de vivências nos campos de prática do Engenheiro Agrônomo, enfatizando a temática de diferenciação de produtos agroalimentares. Este espaço buscou fortalecer a aproximação do aluno com o agricultor, promover a expansão do conhecimento, consoante a realidade profissional e político/social do acadêmico.

Em um primeiro momento, o tema abordado foi: "*Agricultura familiar e a diversidade do rural brasileiro*", ressaltando a diversidade da agricultura familiar nas diferentes regiões do

País, contextualizando as origens antropológicas e sociais que influenciam diretamente no tipo de agricultura e manejo dos agroecossistemas. Definindo a agricultura familiar para além de uma categoria política, mas sim em um entendimento de que ambos estão vinculados à terra e à natureza, visto que as atividades de produção não visam somente o lucro, e sim a reprodução social do grupo familiar e apropriação dos meios de produção. Ou seja, a ideia é mostrar que a agricultura familiar, por suas características intrínsecas, está muito mais voltada à agroecologia do que as grandes explorações voltadas à produção de artigos para a exportação, onde os recursos naturais não possuem qualquer valor simbólico ou mesmo social.

Na sequência do curso houve a contextualização dos aspectos teóricos sobre o conceito de Agroindústria Familiar Rural (AFR) e os aspectos legais para implementação da atividade de processamento de alimentos. Este momento foi importante para discutir as possibilidades de explorar o conhecimento técnico do Engenheiro Agrônomo, promovendo o desenvolvimento rural local através da extensão rural, bem como pela via do incentivo aos processos de consolidação das AFR locais.

Como fechamento do minicurso contamos com uma palestra de uma agricultora de São Lourenço do Sul, Mirian Rozane Brito da Costa, que apresentou um relato de sua vivência como proprietária da agroindústria Figueira do Prado. Ela expôs, nesta oportunidade, sua experiência no beneficiamento de produtos não-convencionais da sociobiodiversidade regional, desde a fase de implantação, as dificuldades que enfrentou e vem enfrentando, bem como as conquistas e desafios para o futuro. O curso contou com a participação de 30 alunos de graduação e envolveu toda a equipe do projeto, tal como ilustra a Figura 5.



Figura 5

Palestra durante Minicurso Agroindústria Familiar Rural

Fonte: Fotografia de Isadora Escosteguy.

Considerações Finais

A execução do Projeto “Ações estruturantes para agregação de valor em propriedades de transição agroecológica” proporcionou momentos de aprendizado mútuo, tanto para os produtores e suas famílias, que buscaram apoio na equipe, quanto para o próprio grupo executor, que teve a oportunidade de se aproximar de uma realidade concreta e, por meio dela, desenvolver instrumentos de apoio sintonizados com a prática.

A experiência possibilitou aos atores envolvidos o aperfeiçoamento na temática da agroindustrialização de base familiar e o desenvolvimento de habilidades que, no entendimento dos autores desse trabalho, podem contribuir para a construção do conhecimento, visando aperfeiçoar os processos de agroindustrialização na região.

No que se refere ao apoio à formalização da agroindústria da Família Schiavon, foi possível reunir toda a documentação necessária para que, de forma pioneira na região, este produtor pudesse protocolar, junto ao MAPA, o almejado processo de legalização do empreendimento familiar rural, nos moldes da nova legislação. Este fato, por si só, é significativo, isso porque pode favorecer um ponto de referência para o surgimento de novas experiências similares na região, bem como mostrar que a agroecologia é um caminho para afirmar uma nova forma de agricultura.

Tal ação propiciou um processo dialógico de construção do conhecimento que poderá servir de base para que outras propriedades rurais possam desenvolver a atividade com mais subsídios, percorrendo agora caminhos que já foram trilhados e criando uma nova cultura de equidade, inclusão social e respeito ao consumidor.

No que se refere aos cursos, ambos contribuíram para que os temas tratados no desenvolvimento do Projeto pudessem ser sistematizados e aprofundados. Essa formação foi fundamental para viabilizar a execução das atividades e qualificar nossas ações presentes e futuras.

Referências

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989.
- BUCHWEITZ, S.; MENEZES, P. **O tempo compartilhado: 25 anos do CAPA**. Porto Alegre: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.1, 2000, p.16-37.
- CASALINHO, H. D.; MARTINS, S. R.; WIZNIEWSKY, J. G. Os agricultores da Arpasul: experiências em busca de um novo paradigma. **Em pauta: Revista Brasileira de**

Agroecologia, v. 2, n. 1, 2007, p. 57-58.

CENTRO ECOLÓGICO - **AGROSOCIOBIODIVERSIDADE: Agroindústria familiar de base ecológica, 2014**. Apostila com orientações para agroindústrias familiares. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/cartilhas/Agrosociobio_final_web.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

FINATTO, R. A.; CORRÊA, W. A. **Organização da agricultura familiar de base agroecológica em Pelotas/RS**. Em Pauta: Campo-Território. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 280-311, 2011.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. **Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS**. Sociedade e Natureza, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 199-217, 2008.

GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, Agroindústrias e território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. 2003. 316f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. INSTRUÇÃO NORMATIVA No - 16, DE 23 DE JUNHO DE 2015. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=286090>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. INSTRUÇÃO NORMATIVA No - 17, DE 23 DE JUNHO DE 2015. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=286098>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

SGARBI SANTOS, J. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização**. 2006. 124f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

Notas

⁶ O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) é a instituição responsável por realizar a legalização sanitária dos das unidades que fazem processamento de alimentos.

⁷ A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Regional Pelotas (EMATER/RS-ASCAR) é uma instituição responsável pela prestação de serviços de Classificação e Certificação por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações.

⁸ Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia- CAPA, alterou seu nome no ano de 2015, antigamente chamava-se Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, a proposta de mudança da sigla deu-se a partir do preceito de que o termo "Pequeno Agricultor" tornou-se excludente, pois o CAPA trabalha com Agricultores Familiares e Povos Tradicionais (Quilombolas e Indígenas) além disso é a proposta do Capa promover a Agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável.

⁹ O Centro Ecológico é uma organização não-governamental (ONG) gaúcha que desde 1985, trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, atua no estado com o fomento da Agroecologia. Seu trabalho busca o resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, o estímulo à organização de produtores e consumidores, o desenvolvimento de mercados locais para produtos ecológicos e o estímulo à formulação de políticas públicas que incentivem uma agricultura sustentável.

¹⁰ Na fase da modernização da agricultura, o Estado teve papel fundamental nas mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro, lançando mão de instrumentos como pesquisa, extensão rural e, principalmente, crédito agrícola para

promovê-las. A mecanização agrícola e o uso de insumos externos (fertilizantes químicos, sementes selecionadas), proporcionados pelo crédito agrícola abundante, foram determinantes para deflagrar profundas mudanças nas bases produtivas da agricultura e nas relações sociais no meio rural (SGARBISANTOS, 2006).

¹¹ A Instrução Normativa MAPA Nº 16 DE 23/06/2015, estabelece, em todo o território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte.

¹² A Instrução Normativa MAPA Nº 17 DE 23/06/2015, aprova os requisitos e os procedimentos administrativos para registro de estabelecimento e de produto, elaboração de produto em unidade industrial e em estabelecimento de terceiro e contratação de unidade volante de envasilhamento de vinho.

¹³ A DAP é um documento emitido por órgãos governamentais, sobretudo o serviço de Extensão Rural. Este documento permite ao pequeno produtor acessar a política de crédito voltada à agricultura familiar, assim como a outros programas públicos. A agricultura familiar é uma atividade produtiva que se desenvolve em pequenas propriedades rurais e que emprega essencialmente a força de trabalho da própria família.

¹⁴ O Projeto "Ações estruturantes para agregação de valor em propriedades de transição agroecológica" contou com um processo seletivo no qual ingressaram duas bolsistas PROBEC com dedicação de 20 horas semanais.